

CONTRATO DE TRABALHO

ESTRUTURA JURÍDICA DA EMPRESA

Tribunal

TST

CONCILIAÇÃO — NULIDADE DO VÍNCULO - REAJUSTE SALARIAL - HORA EXTRA - INTERVALO INTRAJORNADA - VERBAS RESCISÓRIAS - FGTS - MULTA DOS ART. 577/CLT - ART. 467/CLT

EMENTA

DIGNOS SENHORES MEMBROS DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL ..., brasileiro, casado, carpinteiro, portador da cédula de identidade de número ... expedida através da SSP/..., e inscrito no CPF/MF sob número ..., residente e domiciliado na Rua ..., número ..., ..., ..., por seu advogado infra assinado, com endereço profissional abaixo grifado, vem respeitosamente, propor a presente PROPOSTA CONCILIATÓRIA contra ..., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número ..., com sede na Rua ..., número ..., CEP ..., e, contra ... com atual denominação social de ..., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o ... com sede na Rua ..., número ..., cj. ..., ..., ..., pelos seguintes fundamentos: a) Declaração de nulidade de vínculo com a empresa locadora de mão-de-obra (...) e declaração de existência de vínculo empregatício com a ...(...), face a presença óbvia dos requisitos elencados no artigo 3º da CLT, com a conseqüente anotação do vínculo declaro, em CTPS; b) Reajuste salarial - o ex-empregado foi admitido em data de ... de ... de ..., e, por força do Termo Aditivo a Convenção Coletiva da Categoria, seu salário hora ficou aquém dos referidos reajustes até a rescisão contratual, em ... de ... de ..., quando foi despedido imotivadamente sem justa causa, devido a inobservância do piso previsto, com reflexos em aviso prévio, férias mais o terço constitucional, 13º salário, horas extras, repouso semanal remunerado, FGTS + 40% e verbas rescisórias; c) Horas extras - falta de pagamento de horas extras e seus reflexos legais durante todo pacto laboral, em média de 2h15min. diariamente de Segunda até Sexta-feira, e aquelas laboras aos sábados em média de 7h50min., com os respectivos reflexos legais; d) Intervalo intrajornada - aos sábados em média de 1:00h por Sábado laborado considerada como extra e seus devidos reflexos; e) Verbas Rescisórias - pagas a men or. Do total constante do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho o valor a ser adimplido não foi corretamente pago, e ainda, o ex-empregado recebeu notas promissórias no total de 03 (três), as quais não foram quitadas até a presente data. Ressalte-se ainda, que as verbas rescisórias não foram pagas corretamente, que além do valor constante do Termo Rescisório, não foram calculadas com reflexos as verbas pretendidas; f) FGTS - faltam depósitos fundiários na conta vinculada do ex-empregado, os quais devem ser calculados devidamente acrescidos das verbas pleiteadas no presente acordo; g) FGTS - multa de 40% de FGTS foi paga a menor pela reclamada, em razão da diferença salarial e demais verbas pretendidas; h) FGTS - 11,2% - sobre todas as verbas reclamadas à título indenizatório, a aplicação sobre o valor atualizado de juros de mora de 1% ao mês e multa de 20% nos termos do artigo 22 da lei 8.036; i) Multa dos artigos 477 e 467 da CLT; j) Multa pelo descumprimento das CCTs, no total de 03 cláusulas, equivalente a 10% (dez por cento) do piso salarial mínimo da categoria profissional, sem ocorrer acumulação das mesmas; k) Correção monetária a contar-se do mês laborado; l) Dos juros compensatórios, a razão de 1% desde o vencimento da obrigação descumprida até seu efetivo pagamento; Requer-se por todos os pedidos acima, e ainda, pela NOTIFICAÇÃO pessoal do representante legal das reclamadas (para responderem solidariamente pelas verbas sonegadas do ex-empregado), via "AR", nos endereços constantes do preâmbulo, para querendo, comparecer a audiência de Conciliação Prévia, a ser designada por esta DD. Secretária desta Comissão, para tentativa de acordo. Dá-se a presente, o valor apurado para conciliação de R\$...(reais), ... de ... de ... Advogado. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA - IMPUGNAÇÃO - MÉRITO - JORNADA DE TRABALHO -

CONTRATO - TEMPO DE SERVIÇO - FUNÇÃO - SALÁRIO - ANTECIPAÇÃO E PRORROGAÇÃO DA JORNADA - INTERVALO INTRAJORNADA - DANO MORAL - HONORÁRIOS EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DA MM. ... VARA DO TRABALHO DE ... CÓDIGO: ... AUTOS DE NÚMERO: TRT-...-RT ... AUTORA: ... RÉ : devidamente qualificada nos autos em epígrafe, neste ato, por seu advogado ao final assinado, com o devido e costumeiro acatamento e respeito, comparece perante Vossa Excelência para aduzir a necessária IMPUGNAÇÃO, às razões de defesa e documentos juntados pela ré. 1. PRELIMINARMENTE A reclamada não ofertou qualquer documento com a contestação, que não observe o teor do preceito exarado no artigo 830

NOTA DA REDAÇÃO

RT